



BRASILIANAS

William França
brasilianas.cm@gmail.com

Divulgação

Vandalismo resulta em nova reforma das passagens subterrâneas dos Eixos Norte e Sul, ao custo de R\$ 4 milhões

Após pouco mais de um ano, a Novacap anuncia que irá reformar de novo as passagens subterrâneas. Última reforma foi concluída no final de 2023 e custou R\$ 800 mil

Por conta do vandalismo, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap) anunciou ontem (10) que, novamente, fará uma reforma e manutenção das passagens subterrâneas de pedestres do Plano Piloto. Os trabalhos começaram pela estrutura da 102 Sul – ao término, passarão para a 104 Sul e seguirão para as demais.

A Novacap anunciou que neste serviço investirá cerca de R\$ 4 milhões, valores exclusivamente destinados à recuperação dessas galerias.

Entre janeiro de 2022 e setembro de 2023, a empresa havia feito a limpeza dos revestimentos, a substituição de grelhas de água pluvial danificadas e a pintura de tetos, paredes e pisos. O custo daquela etapa das manutenções ultrapassou R\$ 800 mil.

As novas intervenções incluem pintura, recomposição do piso, substituição de grelhas danificadas e manutenção completa da iluminação, em parceria com a



Divulgação/Novacap

As obras de reforma vão começar pela passagem subterrânea da 102 Sul, seguindo para as demais

Companhia Energética de Brasília (CEB).

Vandalismo degrada reforma

A Novacap afirma que, apesar dos consideráveis investimentos financeiros e dos esforços contínuos, esses espaços públicos têm sido alvos frequentes de degradação e vandalismo. “Levantam questões sobre a responsabilidade e o papel da comunidade na preservação do patrimônio coletivo”, afirma a empresa.

“Esse ciclo de revitalização seguido de vandalismo não

apenas aumenta os custos de manutenção, como também menospreza os esforços para melhorar a qualidade de vida urbana”, diz a Novacap.

Segundo a engenheira da Novacap Daiane de Andrade, uma das responsáveis pela reforma anterior, “em alguns casos, finalizávamos um serviço durante a tarde com uma passagem totalmente renovada e, já na manhã seguinte, encontrávamos pichações.”

A passagem subterrânea da quadra 101 Sul, por exemplo, foi objeto de uma intervenção entre setembro e novembro de 2022,

com um custo de aproximadamente R\$ 158 mil. O local sofreu com vandalismo intenso poucos dias após a conclusão dos trabalhos. Situações similares ocorreram nas passagens das quadras 103, 105 e 107 Sul.

Promessa de monitoramento 24 horas

“Estamos falando de trajetos muito utilizados pela população, inclusive à noite. Acreditamos que essa ação vai aumentar a sensação de segurança, acessibilidade e conforto para todos”, afirma o presidente da Novacap, Fernando Leite.

“A nossa intenção é implantar um sistema de monitoramento 24 horas. Vamos contratar uma empresa terceirizada para fazer rondas frequentes e substituir imediatamente o que for danificado, evitando que a população fique exposta a riscos”, explica o diretor de Cidades da Novacap, Raimundo Silva. “Nosso objetivo é deixar as passagens renovadas e prontas para uso.”



Premiação é para órgãos públicos que não contribuem para a transparência

‘Brasilianas’ indicará candidatos ao Prêmio ‘Cadeado de Chumbo 2025’

Até o próximo dia 16, pessoas de todo o país estão convidadas a indicar exemplos marcantes de descaso de órgãos públicos com a Lei de Acesso à Informação (LAI). As mais significativas vão concorrer ao prêmio “Cadeado de Chumbo 2025”.

A premiação é organizada pelo Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas e pela Rede pela Transparência e Participação Social (RETPS). A proposta é evidenciar — com leveza, mas também com seriedade — práticas que comprometem o direito à informação, como respostas incompletas, negativas infundadas ou simplesmente o silêncio diante de pedidos legítimos.

Se você já enfrentou situações assim, esta é uma chance de transformar frustração em denúncia criativa. As contribuições devem ser feitas por meio deste formulário online até o dia 16 de junho. Não há limite para o número de envios por participante.

Para fazer a indicação, é necessário informar:

O nome do órgão público responsável, com o nível federativo, poder e localização;

Um resumo claro do que foi solicitado, da resposta (ou ausência dela) e dos recursos eventualmente apresentados;

O número de protocolo (como os gerados pelo sistema e-SIC);

A categoria mais adequada ao caso.

O prêmio é dividido em seis categorias, todas inspiradas nos artifícios frequentemente usados para driblar a transparência:

Lero-lero: quando a resposta não aborda o conteúdo do pedido;

Passa ou repassa: quando o cidadão é empurrado de um órgão para outro sem solução;

E o vento levou: quando dizem que a informação não existe ou foi perdida;

Disco riscado: quando a justificativa se repete de forma automática, ignorando o pedido;

Contorcionistas e malabaristas: quando os argumentos são tão criativos quanto inconsistentes;

Não fale conosco: quando o órgão simplesmente não responde.

As indicações passarão por uma análise de um júri independente formado por especialistas em transparência pública. O grupo terá até 30 dias para validar os casos, podendo reclassificá-los, se necessário. A lista final dos indicados será divulgada em 16 de julho.

Entre os dias 1º de setembro e 1º de novembro, o público poderá votar em seus casos preferidos. Antes disso, até 13 de agosto, é possível enviar questionamentos sobre a seleção pelo e-mail: contato@informacao publica.org.br. Os vencedores de cada categoria e o destaque nacional serão anunciados ao final da votação.

A iniciativa é um convite à mobilização pela efetividade da LAI. Participar é uma forma de exigir transparência e reforçar que informação pública é um direito — e que o desrespeito a esse direito precisa ser exposto. Saiba mais sobre o prêmio aqui.

Quem organiza

O Prêmio Cadeado de Chumbo é promovido por duas articulações voltadas à defesa do acesso à informação: o Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas e a Rede pela Transparência e Participação Social (RETPS). O Fórum reúne 31 membros — entre organizações da sociedade civil, veículos de imprensa, pesquisadores e núcleos acadêmicos — que atuam pelo fortalecimento da LAI por meio de ações de articulação, produção de conteúdo e advocacy.

Já a RETPS é formada por 19 organizações e indivíduos engajados em ampliar a transparência e incentivar a participação social no Brasil. Seu trabalho abrange temas como dados abertos, orçamentos públicos, controle social e o uso de tecnologias para garantir o acesso à informação.

PM reforça policiamento no Lago Sul, embaixadas e aeroporto

Divulgação/PMDF

A Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) lançou, ontem (10), no Pontão do Lago Sul, mais uma fase da Operação Ad Sumus, que tem como objetivo intensificar o policiamento ostensivo em regiões com maior vulnerabilidade criminal.

A iniciativa contempla o Lago Sul, os Setores de Embaixadas Sul e Norte, além das imediações do aeroporto internacional de Brasília, áreas estratégicas que demandam atenção especial devido ao fluxo intenso de pessoas e veículos, à presença de autoridades diplomáticas e à relevância turística e econômica desses locais.

A Operação Ad Sumus, cujo nome em latim significa “estamos presentes”, é marca-



A Operação Ad Sumus conta com viaturas, motocicletas, aeronaves e equipes especializadas em áreas estratégicas

da pelo reforço significativo do efetivo e a presença maciça de viaturas, motocicletas, aeronaves e equipes especializadas. O foco é a saturação das áreas mais sensíveis, criando um ambiente inóspito para a prática de crimes e ampliando a sensação de segurança para a população.

A ação é preventiva, visa coi-

bir delitos como furtos, roubos e tráfico de drogas, e contribui diretamente para a preservação da ordem pública.

O Pontão do Lago Sul foi escolhido como ponto de partida da operação por atrair diariamente centenas de pessoas, principalmente nos fins de semana e feriados. A presença ostensiva

da PMDF nas proximidades do Pontão visa garantir que moradores, comerciantes e frequentadores possam usufruir do espaço com tranquilidade, sem o receio de ações criminosas.

A presença reforçada nas proximidades do aeroporto internacional também é estratégica, considerando o grande fluxo de passageiros e o impacto direto que a segurança da área tem na imagem da capital federal. Segundo a Agência Brasília, site de notícias oficiais do GDF, “a PMDF reconhece a importância de manter vigilância ativa nesse entorno, atuando de forma preventiva para garantir um ambiente seguro a todos que transitam pela região”.

TJDF manda comprar remédio

Medicamento para doença de Parkinson está em falta no estoque desde 2023

Por Thamiris de Azevedo

O Tribunal de Justiça do DF (TJDFT) acolheu o pedido da Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde do Ministério Público do DF (MPDFT), protocolado em Ação Civil Pública, e determinou que o DF deve regularizar, no prazo de 45 dias, o estoque e a distribuição de Prolopa, utilizado no tratamento de pacientes com a doença de Parkinson. Em caso de descumprimento, o Tribunal fixou multa diária em R\$ 600 mil, até o limite de R\$ 2 milhões, a serem revertidos em projetos sociais na área da saúde pública.

Segundo a Promotoria, foi constatado que o medicamento está em falta no estoque do Núcleo Central de Medicamentos

Básicos Estratégico da Secretaria de Saúde do DF desde outubro de 2023. Segundo o MP, a falha prejudica gravemente o tratamento dos pacientes.

“A doença de Parkinson é uma condição neurológica degenerativa e o uso do medicamento é fundamental para minimizar e retardar o avanço dos sintomas, que incluem alterações motoras, prejuízos cognitivos e demência”, declara.

Ainda, o Ministério Público afirma que os dados fornecidos pela Secretaria revelam que a ata de registro de preço para o medicamento perdeu a validade em abril de 2024.

Omissão

Na decisão, o desembargador Esdras Neves reconheceu

a inércia do poder público e elencou o caso como omissão distrital.

“A informação demonstra a omissão distrital, com robusto fundamento, para o evidente prejuízo que a sociedade necessitada do medicamento está suportando. A descontinuidade do abastecimento afronta gravemente o tratamento das pessoas diagnosticadas com a doença de Parkinson”, diz a sentença.

O que diz a Secretaria

Em nota, a secretaria informou que recebeu a decisão e que o processo de aquisição do medicamento está em fase final. “Em breve, a rede pública estará abastecida”, afirma.



Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

Ausência do medicamento agrava saúde de doentes de Parkinson